



**10 degraus
no caminho de um Portugal
e de uma JSD
mais à frente**

Proposta

**Moção ao XXVI Congresso Nacional da JSD
para consideração das Concelhias do distrito de Aveiro da JSD**

Gabinete de Estudos da JSD Distrital de Aveiro
Junho 2020

Documento interno 4/2020

«As nossas vidas começam a terminar
no dia em que ficamos em silêncio
sobre os assuntos que importam.»¹

A. Contextualização²

Está à vista de todos que Portugal tem, hoje, um Governo que não governa e um Estado que não se deixa reformar. Quando precisamos de gestão coerente, temos um Governo de gestão corrente, onde impera a navegação do dia-a-dia, em detrimento do planeamento dos grandes desafios do país.

Mas pior. Temos um Governo que aposta num Estado que cobra cada vez mais impostos, mas que gasta cada vez pior a receita que retira dos contribuintes. Um Governo que anuncia, mas não faz; comunica, mas não executa; ‘*marketiza*’, mas não realiza.

Em consequência, os portugueses – e, em particular, os jovens – vivem hoje asfixiados por uma carga fiscal brutal, num país onde o crescimento económico é escasso, a classe média é desprezada, o Estado está capturado pela “família” socialista e o elevador social funciona tantas vezes quanto um relógio parado.

Para piorar esta situação, temos um Governo que pouco ou nada faz quanto a diversas áreas estruturais para o desenvolvimento do país.

Desde logo, no que respeita às questões ambientais, verifica-se uma inércia trágica, designadamente quanto ao **desperdício de água** no território. Segundo um relatório da ERSAR³, anualmente perdem-se 180 milhões de metros cúbicos de água no território, o equivalente a desperdiçar 90 milhões de euros, devido à antiguidade das redes e à falta de investimento na sua requalificação, o que, consequentemente, as torna obsoletas e propensas a fugas.

A mesma atitude passiva e resignada pode ser vista no âmbito do combate à **erosão costeira**, um flagelo que afeta o litoral - e em particular, o distrito de Aveiro, de Espinho até Vagos.

Outro expoente da inércia governativa encontra-se no domínio dos **incêndios e da proteção civil**. A este propósito, pior do que a falta dos meios técnicos só mesmo o tratamento

¹ Martin Luther King.

² Trabalho realizado com os contributos das Concelhias de Ovar, Ílhavo, Murtoza, Espinho, Sever do Vouga, Santa Maria da Feira e Aveiro, bem como do Gabinete de Estudos da JSD Distrital de Aveiro.

³ Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

dados aos recursos humanos, chegando-se ao ponto de ter um Estado que ‘atira’ os Bombeiros para a linha do perigo, mas, depois, foge como o diabo da cruz na altura de lhes pagar o respetivo salário a tempo e horas.

Conexa com esta área é a temática das **florestas**, cujo planeamento em Portugal se baliza entre o deficiente e o inexistente, com as trágicas consequências associadas e cujos efeitos ainda hoje estão acesos na nossa memória.

A **emancipação jovem**, com o fomento de políticas que não apenas distribuam dinheiro, mas que sejam efetivamente potenciadoras de emprego para os jovens, é outra área estrutural que não tem tido a atenção necessária. Sendo o desemprego jovem um obstáculo que impacta o futuro do país, nomeadamente ao nível demográfico, da Segurança Social e nas contas públicas, é necessária uma postura mais enérgica e assertiva na resolução deste problema, sob pena de estarmos a desperdiçar o potencial de gerações inteiras. Bandeira essa que a JSD deve abraçar e liderar.

A **Segurança Social** é outra das dimensões nas quais a JSD deve centrar a sua atuação na medida em que a sua criação assenta em pressupostos que hoje estão desajustados. Não pode ser admissível, no âmbito do contrato social firmado entre o Estado e o Cidadão, que quem hoje financia o sistema e para ele contribui, não tenha a certeza nem a expectativa de que irá beneficiar de proteção equivalente, quando dela necessitar.

Se tal não bastasse, deparamo-nos ainda com um Estado demasiado burocrático, lento e que vive da **entropia administrativa** para se justificar a si próprio. Um dos exemplos paradigmáticos desta entropia provocada pelo Estado pode vislumbrar-se no Município de Santa Maria da Feira, cujo desenvolvimento é coartado pelo facto de, apesar de pertencer ao Distrito de Aveiro, estar inserido na área Metropolitana do Porto; na área da saúde, para efeitos de ARS⁴, ter a seu cargo municípios da ARS Centro e da ARS Norte; na área dos recursos hídricos, estar subordinado tanto à ARH⁵ Norte como à ARH Centro; e ao nível dos transportes, financiar os da Área Metropolitana do Porto mas deles não usufruir em igualdade de oportunidades por se inserir no distrito de Aveiro. Esta teia burocrática, de diversos organismos subordinados a entes territoriais distintos, com práticas divergentes e não raras vezes contraditórias, deve ser combatida e simplificada, a bem das pessoas e do desenvolvimento do país.

⁴ ARS – Administração Regional de Saúde.

⁵ ARH – Administração da Região Hidrográfica.

Por outro lado, fruto de um Estado lento e caro, que desconfia do mérito, persegue quem arrisca e dificulta a iniciativa privada, surgem as teias de clientelismo e favorecimento sobre as quais assenta a **corrupção**. Neste âmbito, é frequente ver o Partido do Governo (especialmente quando recaem suspeitas sobre os seus elementos) apregoar o reforço de meios para a Justiça. Contudo, como demonstra a experiência e a realidade, o combate à corrupção não é – nem poderia ser – uma prioridade política do PS; é, sim, um tema elevado a prioridade por razões políticas, designadamente escudar o PS dessa tão necessária reforma. Ao mesmo tempo que tenta fazer bandeira desse tema, pela calada, vai - direta ou indiretamente - propiciando o desmantelamento dos “*checks and balances*”, nomeadamente com a captura socialista das entidades reguladoras independentes, como se viu com a ERSE⁶ ou, como se vê agora, com o Banco de Portugal.

A somar a tudo isto, temos um Estado de impostos máximos e de serviços mínimos, no qual a gritante falta de investimento se traduziu na **degradação das infraestruturas do país**, sendo disso exemplo o abandono a que está remetida a Linha do Vouga.

Neste contexto, cabe à JSD, como maior e melhor estrutura partidária de juventude do país, pôr estas temáticas na primeira linha de prioridades, o que apenas conseguirá fazer se se **modernizar, digitalizar e expandir**, designadamente através da utilização de novas tecnologias que simplifiquem o processo de adesão e permitam a abertura da estrutura à sociedade.

B. PROPOSTAS

Tendo presente a dificuldade da tarefa que a JSD tem pela frente, mas na senda de Martin Luther King, “não podendo ficar em silêncio sobre os assuntos que importam”, para fazer face aos problemas supraidentificados, as Concelhias da JSD do Distrito de Aveiro subscritoras desta moção propõem:

1) No âmbito da Eficiência Hídrica:

- Criação e dinamização de linhas de investimento para que os Municípios possam modernizar as suas redes de abastecimento e distribuição de água;
- Incentivo, através de programas públicos, do uso de melhores soluções de gestão deste recurso escasso, nomeadamente através da aplicação de novas tecnologias que permitam

⁶ ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

a realização de um fornecimento inteligente de água, bem como a deteção de fugas e desperdícios.

2) No âmbito da Erosão Costeira:

- Fomento de medidas que atuem ao nível das causas da erosão costeira, no que diz respeito à proteção de sistemas dunares, na informação à população e na mitigação do impacto das barragens e estruturas portuárias, de forma a reduzir o défice sedimentar que, de forma generalizada e acentuada, se tem verificado;
- Defender a alimentação artificial de praias, onde elas existem praias, conjugada com a aplicação de geotubos e/ou a construção de quebra-mares destacados submersos, de forma a melhorar a capacidade de retenção de areia e atenuar a capacidade energética da agitação que atinge a linha de costa, reduzindo assim a frequência das recargas das areias, sem que afete o valor estético da praia;
- Acentuar a estratégia de construção e manutenção de muros, paredões e de obras longitudinais aderentes, nos locais onde as praias já não existem.

3) No que respeita a Incêndios e Proteção Civil:

- Reforçar os meios existentes, garantido que existem os equipamentos necessários para o combate aos incêndios, que eles se encontram aptos tanto a nível mecânico como a nível de disponibilidade, e que a sua distribuição e alocação pelo país é justa e equilibrada;
- Respeitar os Bombeiros e a Proteção Civil, garantido o atempado pagamento de todas as prestações (ex: salários, subvenções) que lhes são legalmente devidas pelo Estado.

4) No âmbito da Floresta:

- Efetuar um planeamento territorial da floresta, salvaguardando as questões ambientais e potenciando as suas valias económicas, designadamente reflorestando as áreas ardidas.

5) Quanto à Emancipação Jovem e Emprego:

- A defesa, pela JSD, através dos seus canais de influência, de posições favoráveis e legislação que fomente o acesso progressivo de mais e mais jovens ao ensino superior, numa lógica de igualdade de oportunidades, de forma a estimular a que os jovens desenvolvam competências pessoais que melhorem a sua empregabilidade;

- O empenho da JSD na sensibilização de todos os agentes políticos e da comunidade, no sentido de os fazer encarar o emprego jovem como um pilar fundamental na construção de um futuro mais sustentável para o país;
- A exigência, pela JSD ao Governo, de uma postura séria e digna no processo de pagamento e atribuição de bolsas no Ensino Superior, nomeadamente garantindo que o mesmo é célere, simples e efetuado dentro dos prazos legalmente previstos;
- A continuação da defesa, pela JSD, da democratização do acesso às ordens profissionais através de um conjunto de medidas que vise a eliminação de barreiras de acesso às profissões criadas pelas ordens profissionais, nomeadamente os exames de acesso ao estágio profissional e os exames de aferição intermédios, na medida em que a qualidade da formação deve ser aferida aquando da frequência do ensino superior.

6) Quanto à Segurança Social:

- Que a JSD encete a discussão sobre uma reforma da Segurança Social que assegure, por um lado, o pagamento das atuais prestações bem como, por outro, assegure aos atuais contribuintes a possibilidade de preparem a sua reforma através do próprio sistema de previdência ou através de outros meios complementares de poupança-reforma;
- Que a JSD proponha a criação de mais efetivos mecanismos de incentivo à poupança privada, complementares aos da Segurança Social;
- O debate sobre a introdução, em vários níveis de escolaridade, de noções de planeamento e gestão e literacia financeira familiar, como forma de instruir a população jovem em conhecimentos indispensáveis ao seu futuro.

7) Quanto à entropia administrativa do país:

- Proceder a uma reorganização administrativa das várias entidades existentes no país, garantindo que todos os organismos públicos com incumbências sobre um Município sejam da mesma circunscrição geográfica, de forma a pôr fim a imbróglios administrativos como, por exemplo, o de Santa Maria da Feira.

8) No âmbito da corrupção:

- Reformular o processo de indicação de todos os membros da CRESAP⁷, retirando essa competência do Conselho de Ministros, e utilizando, para esse feito, um modelo equiparado ao da designação do Presidente do Tribunal de Contas e da Procuradora Geral da República ou, ainda, ao do Presidente do Conselho Económico e Social;
- Garantir o reforço de meios e a independência das entidades reguladoras, criando legislação que efetivamente obstaculize a que essas entidades possam ser capturadas pelos lobbies políticos, económicos ou de outra ordem.

9) No âmbito da **modernização das infraestruturas**:

- A defesa da requalificação da Linha do Vouga, entre Espinho e Oliveira de Azeméis, a qual deve pressupor a eletrificação, a mudança de bitola e a renovação dos comboios, assim como uma garantia de que a referida requalificação é adequada aos locais onde está inserida e às necessidades das populações;
- A defesa da construção do Interface da Linha do Vouga com a Linha do Norte, associada a uma potenciação das infraestruturas de mobilidade urbana, nomeadamente, pela sua integração nos sistemas de Comboios Urbanos do Porto e ANDANTE;
- A defesa da requalificação do troço ferroviário entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga (Águeda), de forma a possibilitar a ligação Porto-Águeda através da ferrovia, com as vantagens económicas e ambientais daí inerentes;

10) No âmbito da **modernização da estrutura da JSD**:

- Reformulação da ficha de militante, para que a parte relativa ao militante proponente passe de obrigatória a facultativa;
- Criação de uma plataforma digital que permita, de forma intuitiva, rápida e fácil a qualquer jovem realizar o processo de adesão à estrutura, com a respetiva inclusão dos anexos necessários à instrução do processo;
- Criação de um “backoffice” no site da JSD - com a atribuição a cada estrutura distrital, concelhia e de núcleo, das respetivas credenciais de acesso – que permita a gestão do processo de militância, atualizações de dados, convocação de plenários e atos eleitorais, bem como ao militante consultar as convocatórias da sua estrutura, atualizar os seus dados e regularizar as suas quotas.

⁷ Comissão de Recrutamento e Seleção Para a Administração Pública.